



ANO 8 NÚMERO 12

CADERNOS SESC DE CIDADANIA

Ética no Turismo | 2017

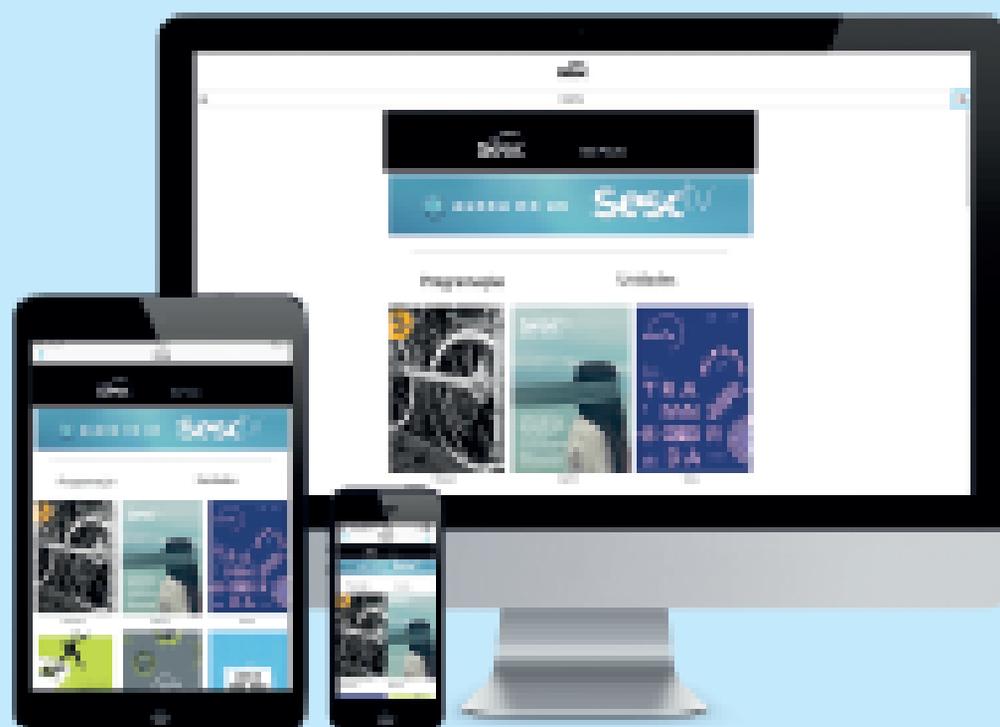
sescsp.org.br

Sesc

Ética no turismo { ESPECIAL: Crescimento vertiginoso do turismo no mundo requer novos parâmetros para a atividade { GÊNERO: Embora sejam maioria entre os trabalhadores do setor, mulheres cumprem funções estereotipadas e limitadoras { INTERVENÇÃO: O ensaio fotográfico “Sou Farofa” discute preconceitos { ENTREVISTA: Taleb Rifai, da Organização Mundial do Turismo, pede rigor na fiscalização de normas éticas { ARTIGO: Ex-ministro Renato Janine Ribeiro reflete sobre a ética no turismo

Aplicativo Sesc São Paulo

Quem quer artes, esportes,
turismo, saúde, alimentação e
lazer, põe o dedo aqui.



Baixe o aplicativo e
tenha acesso gratuito a
conteúdos produzidos
pelo Sesc São Paulo.



LUGAR ESTRATÉGICO

Danilo Santos de Miranda
Diretor Regional do Sesc São Paulo

A AVENTURA HUMANA É UMA MESCLA DE AÇÕES, CRENÇAS E saberes que, a despeito de suas conexões, são encaixadas em categorias mais ou menos arbitrárias. Um dos resultados é uma apreensão fragmentada da realidade, assim como a hierarquização entre tipos de conhecimento: haveria aqueles que, em tese, deveriam interessar a todos, em detrimento de outros, restritos a peritos. Vale a pena considerar o turismo à luz desse panorama.

Quem pensa, atualmente, o turismo? Os milhões de viajantes que, diariamente, rasgam os territórios em busca de algo que seus cotidianos não proporcionariam? Entre monumentos e museus, compras e restaurantes, a impressão é que a experiência turística predominante desestimularia posturas reflexivas, ensejando no seu lugar insistentes referências à sociedade de consumo. Colabora para esse quadro o fato de o turismo estar ligado às ideias de lazer ou tempo livre, ocasiões nas quais o senso comum recomendaria abrandar as pretensões intelectuais.

Assim, é factível supor que o turismo seja pensado principalmente por aqueles que, de um ponto de vista profissional ou acadêmico, tornaram-se especialistas no assunto. Aos demais (ou seja, à imensa maioria), caberia apenas “turistar”.

Entretanto, considerar o turismo um objeto de reflexão permite compreender dinâmicas que vão muito além da atividade turística. Os contrastes socioeconômicos entre os que viajam e os que acolhem, os impactos urbanísticos e ambientais nos lugares de visitaçã, a reconfiguração dos sentidos de

diversidade cultural a partir do aumento dos deslocamentos – esses são alguns dos aspectos que evidenciam a conexão entre pensar o turismo e investigar o mundo em que vivemos.

Jogar luz sobre os dilemas envolvidos nas diversas modalidades do turismo permitiria, nesse sentido, iluminar a contrapelo questões que desafiam a humanidade. Em que medida o contato com outras culturas acentua ou mitiga estereótipos? Quais parâmetros podem balizar as intersecções entre economia e turismo sem que a mercantilização da vida se imponha como inexorável?

Como denominador comum, tais questões exibem sua faceta ética, já que não oferecem respostas prontas – ao contrário, demandam o engajamento dos sujeitos. Afinal, as situações que habitam com especial contundência o terreno da ética são aquelas que, a exemplo das práticas turísticas, podem romper com a aparente transparência do cotidiano e desnaturalizar distâncias e desigualdades.

Nessa seara, estamos duplamente implicados: como turistas e como cidadãos. Portanto, ampliar a discussão sobre o turismo para além dos círculos especializados representa uma maneira de expandir as possibilidades de entendimento e, conseqüentemente, de intervenção na realidade. Esta edição dos Cadernos Sesc de Cidadania, cujo mote é a ética no turismo, pretende colaborar para isso, reiterando a convicção do Sesc de que leituras transversais do mundo, refutando saberes compartimentalizados, aproximam os indivíduos e os contextos que os cercam.

índice }

Baixe grátis essa e outras publicações do Sesc São Paulo:



p.5 *artigo Sesc*

Ao assinar o Código Mundial de Ética para o Turismo, o Sesc-SP reafirma sua preocupação com o exercício responsável da atividade.

p.8 *reportagem especial*

Modelo do turismo massivo, de alto impacto social e ambiental, é colocado em xeque por especialistas.

p.18 *intervenção*

Ensaio fotográfico foca nos “farofeiros” das praias e parques brasileiros para discutir o preconceito.

p.20 *perfil*

Conheça a vida e obra do fotógrafo João Castellano, autor do ensaio “Sou Farofa”.

p.26 *questões de gênero*

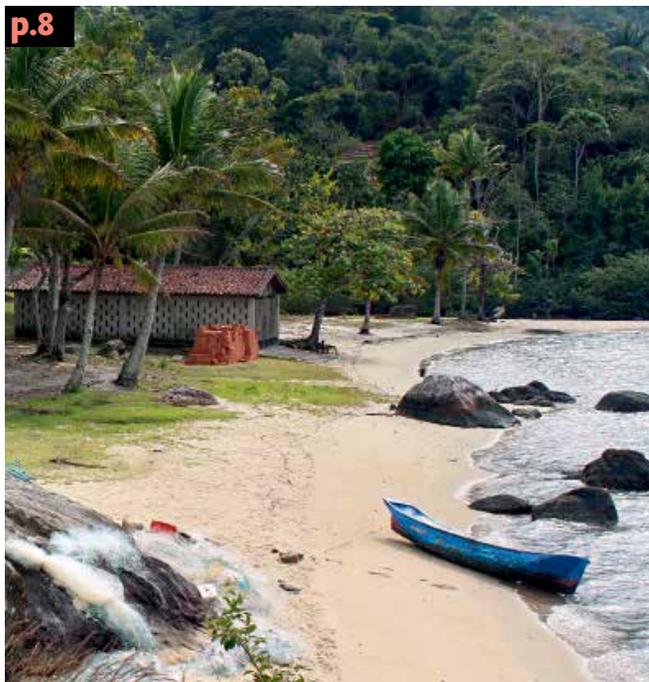
Embora sejam maioria entre os trabalhadores do setor turístico, mulheres sofrem com salários menores e poucas chances de ascensão.

p.32 *entrevista*

Taleb Rifai, secretário-geral da Organização Mundial do Turismo, quer transformar o Código Mundial de Ética do Turismo em uma convenção que possa gerar sanções a quem o desprezar.

p.36 *artigo*

O professor e ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro reflete sobre o significado e a necessidade de pensarmos a ética no turismo.



Dalmir Ribeiro Lima



João Castellano



Ilustração Elisa Cacareto

Expediente

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

Administração Regional no Estado de São Paulo

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL
Abram Szajman

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL
Danilo Santos de Miranda

SUPERINTENDENTES

COMUNICAÇÃO SOCIAL Ivan Giannini
TÉCNICO-SOCIAL Joel Naimayer Padula
ADMINISTRAÇÃO Luiz Deoclécio Massaro
Galina ASSESSORIA TÉCNICA E DE PLANEJAMENTO Sérgio José Battistelli

Cadernos Sesc de Cidadania Ética no Turismo

GERÊNCIA DE ARTES GRÁFICAS Hélcio Magalhães ADJUNTA Karina Musumeci
ASSISTENTES Rogério Ianelli e Lourdes Teixeira Benedan PRODUÇÃO DIGITAL Ana Paula Fraay e Veridiana Piccinini
ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO Marta Colabone ADJUNTO Iã Paulo Ribeiro
Assistente João Paulo Guadanucci
NÚCLEO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM TURISMO SOCIAL Flávia Roberta Costa ASSISTENTES Sílvia Eri Hirao e Carolina Paes de Andrade

EDITOR Renato Essenfelder PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Marcio Freitas
TRATAMENTO DE IMAGEM Edson Sales
REPORTAGEM Gabriel Vituri e Renata Valdejão ANÚNCIOS Lourdes Teixeira Benedan

A revista Cadernos Sesc de Cidadania é uma publicação do Sesc São Paulo. Distribuição gratuita. Nenhuma pessoa está autorizada a vender anúncios.

Versão on-line em sescsp.org.br

Sesc São Paulo
Av. Álvaro Ramos, 991
03331-000 São Paulo - SP
Tel.: (11) 2607-8255

sescsp.org.br



ÉTICA NO TURISMO EM PAUTA

texto: Silvia Hirao*

EM 2015, O SESC EM SÃO PAULO FOI CONVIDADO PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL do Turismo (OMT) a assinar o Código Mundial de Ética do Turismo, um documento adotado em 1999 pela Assembleia Geral da OMT que orienta governos, comunidades, turistas e prestadores de serviço para a implementação de um turismo mais responsável e sustentável. Dentre suas diretrizes estão o compromisso com a busca pela redução de impactos ambientais e sociais negativos, a valorização do patrimônio cultural, a promoção dos direitos humanos, a inclusão social, a equidade de gênero e a acessibilidade.

O compromisso ético com a atividade turística faz parte das bases do Programa de Turismo Social do Sesc em São Paulo. Iniciado em 1948, o trabalho em turismo social da instituição orienta-se por ações pautadas nos princípios da democratização do acesso à atividade turística, na educação para e pelo turismo, no protagonismo dos participantes e na operacionalização ética e sustentável.

Assim, ao tornar-se signatária do Código, a principal ação adotada pela instituição nesse campo passou a se concentrar na mobilização de agentes de turismo por meio da promoção de difusão e reflexão sobre os valores do Código e, principalmente, dos grandes dilemas éticos que a atividade

turística provoca. Essa linha de ação corresponde à essência educativa do trabalho desenvolvido pelo Sesc em São Paulo em turismo social, que pode ser encontrada em sua ação fim, seja nos roteiros turísticos, na hospedagem social do Centro de Férias Sesc Bertiooga ou nas ações reflexivas como cursos, debates e palestras.

Despertar a atenção para o turismo que cada um de nós realiza, transcendendo o olhar para o que dele decorre e para as estruturas que se edificam para sua realização, é um exercício de crítica que o turismo social busca permanentemente. Jost Krippendorf, sociólogo especializado nos estudos turísticos, chama esse processo de “emancipação do turismo”, ou seja, a transformação de um turista conduzido e manipulado em turista informado e experiente e, afinal, emancipado e maior – um ser humano que seja um consumidor crítico não apenas em casa, mas também durante a viagem. E lembra que o ser humano é um ser social e indivisível e, portanto, sua vida cotidiana influi em si quando viaja, assim como o que ele vivencia durante as férias pode repercutir sobre seu cotidiano.

Esse trabalho educativo em torno da ética no turismo deve ser permanente e envolver turistas, anfitriões, empresários, gestores públicos e uma extensa rede de prestadores de serviços turísticos,

*Assistente técnica do Núcleo de Referência Técnica em Turismo Social do Sesc em São Paulo

buscando melhores práticas para essa indústria. Trata-se de investigar, para além dos vultosos números produzidos pela economia do turismo, quais os impactos dessa atividade nas sociedades e como caminhar por melhores trilhos.

Falamos de uma atividade que cresce vertiginosamente, assim como cresce também a repulsa a ela em grandes destinos turísticos mundiais. Em algumas cidades, o turismo potencializou mudanças que tem dificultado e encarecido a vida dos moradores, gerando processos severos de gentrificação. Como resultado, grandes debates públicos e manifestações contrárias ao turismo tem pressionado governos a buscar novos modelos de políticas públicas. A ideia de se planejar



Apesar do crescimento de chegadas internacionais por 7 anos consecutivos, alcançando uma marca de 1,2 bilhão de chegadas, o turismo é hoje praticado por uma pequena parcela da população mundial.

Será que o planeta suportaria uma democratização plena de acesso ao turismo, nas bases em que ele é desenvolvido hoje? É realmente possível a busca por um turismo sustentável? Quais são as óticas que preponderam nas análises de êxito turístico?



o “decrecimento” turístico já está em pauta em cidades como Barcelona, uma das que assistiu ao maior crescimento turístico nos últimos anos, e começa a se tornar tema mais comum nas agendas de debates de outras cidades turísticas.

Ao mesmo tempo em que há locais preocupados com o que hoje é conhecido como “overtourism”, outros números apresentam uma dimensão preocupante da atividade. Apesar do crescimento de chegadas internacionais por 7 anos consecutivos, alcançando uma marca de 1,2 bilhão de chegadas, o turismo é hoje praticado por uma pequena parcela da população mundial. Diversas questões advêm desse cenário: o planeta suportaria uma democratização plena de acesso ao turismo, nas bases em que ele se desenvolve hoje? É realmente possível a busca por um turismo sustentável? Quais são as óticas que preponderam nas análises de êxito turístico?

Nesse ponto, uma série de perspectivas colaboram para uma análise mais aprofundada que relaciona a ética à atividade turística. O emprego é uma delas. Apesar de representar 1 em cada 11 empregos no mundo, o turismo é caracterizado por ser um setor com baixa qualidade de empregos, por sua sazonalidade, alta carga horária e terceirização, entre outras dificuldades. Além disso, é onde se expressa uma das faces da desigualdade de gênero. As mulheres, apesar de preencherem a maior parte dos postos de trabalho no turismo, estão em sua maioria em funções com menores salários e frequentemente reproduzindo os estereótipos de gênero, reforçando a ideia de subordinação e longe dos postos de comando.

Outra perspectiva diz respeito ao cenário atual de crescimento acelerado da economia colaborativa. O impacto no setor de turismo é grande. Ferramentas online de locação de imóveis para temporada, de carros e de serviços turísticos em geral dinamizam o mercado



e facilitam as contratações, mas, por outro lado, potencializam os processos de gentrificação e a precarização do trabalho. Mais uma vez, o impacto maior tem ocorrido nos destinos turísticos mais procurados, antecipando questões que certamente deverão ser enfrentadas por outros destinos no mundo, desafiando legislações e políticas públicas.

Outras perspectivas, como a que enfoca os papéis do turismo, abrem mais um leque de análises. São vários os casos em que o turismo foi implantado como projeto de resistência a outros movimentos, como o da especulação imobiliária. Nesses locais, a atividade é concebida como fruto de um movimento social, em que o turismo auxilia na garantia da posse da terra. Muitas vezes, trabalham com roteiros que priorizam a convivência com os moradores e a aproximação mais aprofundada com seus hábitos e formas de vida, fortalecendo a sensibilização quanto às suas lutas sociais. Porém, assim como em outros locais que se tornam destinos turísticos, deparam-se com questões que mais uma vez esbarram na temática da ética: o risco espetacularização e de mercantilização das culturas, a interferência no cotidiano dos moradores, entre outras .

Todas essas questões, e muitas outras, têm sido abordadas pelo Turismo Social do Sesc em São Paulo com diversos atores, como funcionários, prestadores de serviços, turistas e pesquisadores, marcadamente desde a assinatura do Código Mundial de Ética do Turismo.

Este Caderno de Cidadania foi elaborado a partir das discussões atuais sobre o tema e abarca os conteúdos abordados na primeira edição do Ciclo de Debates “Ética no Turismo”, em 2016, realizado no Centro de Pesquisa e Formação. Pretende ser mais um instrumento de difusão dos valores do Código de Ética e de inspiração aos profissionais da área, convidando-os a participar, a construir, a debater e a criar novos rumos para o turismo brasileiro.

Modelo do turismo massivo, de alto impacto social e ambiental, é colocado em xeque por especialistas; diante disso, o Código Mundial de Ética para o Turismo, da OMT, tenta apontar caminhos mais responsáveis para a atividade

texto: Renata Valdeção

DESTINO ÉTICA

EQUILÍBRIO. Saco do Mamanguá (RJ), que hoje promove turismo de base comunitária



Dalmir Ribeiro Lima



O Quilombo de Ivaporunduva, no município de Eldorado (SP), que desde 2001 recebe público interessado em turismo étnico-cultural

Na contramão das crises econômicas que têm assolado diversos países ao redor do mundo, o turismo avança. Segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo, órgão especializado da ONU), o número de chegadas internacionais cresceu 46 milhões em 2016 em relação a 2015, alcançando a marca de 1,2 bilhão. Foi o sétimo ano seguido de crescimento do setor – sequência que a OMT não registrava desde a década de 1960. Direta e indiretamente, a indústria do turismo responde já por quase 10% do PIB (Produto Interno Bruto) global.

Mas o que isso significa?

A cobertura da grande mídia sobre o tema em geral se concentra justamente no aspecto econômico – dólares movimentados, empregos gerados, resultados das empresas do setor – ou então se reduz a dicas de viagem, perfis em geral superficiais de destinos badalados, avisos de promoções de passagens aéreas ou de diárias de hotéis etc. A indústria do turismo, por sua vez, reforça esse discurso, enfatizando aspectos comerciais.

Pouco se fala, contudo, da qualidade desses empregos, do impacto social desses deslocamentos, do que acontece nas comunidades invadidas por

turistas depois que as luzes se apagam e eles vão embora. Em uma só palavra, pouco se fala dos aspectos éticos da atividade.

Nos últimos anos, pois, não foram só os dados de faturamento do setor que cresceram. Cresceram também os protestos contra atividades turísticas predatórias e seu impacto tanto social como ambiental. Movimentos nesse sentido já foram registrados em Veneza (Itália), Barcelona (Espanha) e Lisboa (Portugal). “[Os protestos] Expressam um cansaço e uma sensação crescente de estranhamento das comunidades locais diante da avalanche turística em algumas grandes cidades”,

Foto Divulgação



analisa o escritor espanhol Joan Buades, que estuda turismo e economia e é autor do livro “Exportando Paraísos - A colonização turística do planeta” (Alba Sud Editorial).

No caso de Veneza, Barcelona e Berlim, entre outras cidades com intenso fluxo de turistas, por exemplo, as reclamações atingiram aplicativos de aluguel de imóveis para turistas, como o Airbnb, através do qual as pessoas anunciam, descobrem e reservam acomodações ao redor do mundo. No Airbnb, qualquer proprietário de imóvel pode se cadastrar para disponibilizar a viajantes do mundo todo um quarto ou imóvel inteiro para locação.

O que parece apenas uma boa ideia, ligada à prática da chamada economia colaborativa (que tem como base a tecnologia conectando usuários por meio de aplicativos e plataformas online e que se encaixou como uma luva no setor turístico), contudo, em muitos casos se revelou um mecanismo nocivo de especulação imobiliária e gentrificação. Isso porque a popularização desse tipo de ferramenta tem levado moradores a abandonar prédios ou bairros inteiros em que habitavam há décadas, expulsos pelo encarecimento de aluguéis e pela escassez de imóveis disponíveis para contratos de longo prazo (afinal, locar para turistas por um dia ou uma semana é muito mais rentável, apesar dos riscos embutidos no negócio).

Como tudo o que diz respeito a esses novos aplicativos – não só os de locação, mas também os de transporte, como o Uber, e os de operações financeiras, entre muitos outros –, a regulação dos serviços prestados nem sempre existe ou nem sempre é satisfatória. A tecnologia caminha muito mais rápido do que as discussões jurídicas e éticas necessárias a essas questões.

Mas o Brasil, ao menos no caso do Airbnb, parece estar numa posição mais confortável do que países da Europa, segundo conta o advogado Rui Badaró, coordenador da Escola de Direito Internacional da ABDI (Academia Brasileira de Direito Internacional). De acordo com ele, no que tange à legislação brasileira, o Airbnb segue as regras do Código Civil e demais legislações aplicáveis à locação por tempo determinado de um imóvel ou parte dele. “Já no mundo, temos notícia de

que vários países, dentre eles, França, Espanha e Portugal, estudam o impacto desses aplicativos no setor de turismo para estruturar possíveis regulamentações específicas”, conta.

O Airbnb é um exemplo dos problemas gerados pela nova “economia colaborativa”, afirma a professora Ana Paula Garcia Spolon, pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF) para as áreas de hospitalidade e estudos urbanos. “Não existem cidades sem pessoas. A cidade não é um território vazio, é um espaço social, de interações, de vivências. E essas vivências não de ser harmoniosas”, diz. “Lidar com isso é buscar o equilíbrio e a conjugação de interesses, o que deve implicar perdas e ganhos para ambos os lados. A boa negociação não é a que privilegia um dos lados, é a que garante ganhos a ambos, mediante concessões das duas partes”, afirma.

De acordo com ela, o uso da tecnologia e, portanto, das plataformas e negócios colaborativos e criativos, é irreversível. “E isso é bom”, classifica, se feito de maneira responsável. “A vida segue, e os negócios, pessoas, sociedades e cidades precisam se reinventar continuamente.”

Consequências

Para complicar ainda mais a discussão, há que se considerar que os locais mais visitados por turistas em geral correspondem a uma pequena porção do território mundial. No Brasil, por exemplo, os destinos turísticos, juntos, englobam só de 2% a 3% de todos os municípios do país, segundo estudo da professora Rita da Cruz, especialista em geografia do turismo pela USP (Universidade de São Paulo). Esse

1,2 bilhão de chegadas

internacionais em 2016, 46 milhões a mais do que em 2015. Foi o sétimo ano seguido de crescimento do setor, segundo a OMT.

grande afluxo de turistas a um espaço físico muito limitado só faz agravar ainda mais o impacto das atividades do setor.

Segundo o professor João Paulo Faria de Tasso, não é possível dizer que o Brasil não faça nada no sentido de promover um turismo mais ético, mas, por outro lado, isso está longe de ser uma prioridade. Tasso é professor adjunto no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), membro do Núcleo de Políticas Públicas em Turismo (NPPTUR/UnB) e também atua como coordenador de projetos técnicos do Ministério do Turismo (MTur).

“Se analisarmos as ações de âmbito nacional voltadas, por exemplo, à educação e formação profissional em turismo, perceberemos que um volume substancial de recursos foi investido pelo Ministério do Turismo, principalmente com o advento de grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas”, afirma.

“Contudo, mesmo se tratando de ações essenciais para a melhoria dos serviços turísticos, foram fundamentadas, em muitos casos, no pragmatismo de atender às exigências de postos de trabalho, e não em um processo de construção social e de desenvolvimento humano”, completa. Ou seja, a lógica dessas ações é comercial: o treinamento qualifica a mão de obra, mas pouco se preocupa com a dimensão social disso.

De acordo com Tasso, a busca por um processo participativo e colaborativo na elaboração e nas discussões de políticas públicas de turismo deve envolver atores de diferentes setores da economia nos processos decisórios. “Na prática, porém, essa abertura de espaços de diálogo entre o poder público e a sociedade civil é prejudicada por falta de representatividade, heterogeneidade na linguagem, disputas e jogos de interesse, entre outras coisas.”

Tasso lista uma série de consequências nocivas do crescimento descontrolado do fluxo de visitantes de um

destino, como a “apropriação de áreas comuns por investidores externos” e a “falta de planejamento participativo pelo poder público”. Com isso, diz, “pescadores artesanais e agricultores familiares podem ter acesso prejudicado às áreas produtivas, pela instalação de grandes conglomerados de redes hoteleiras”, e mesmo “moradores locais podem ser preteridos das oportunidades de pleno emprego na cadeia turística, restringidos a trabalhos precários, sob regime de subordinação e não tendo seus direitos trabalhistas assegurados”.

Ainda em relação aos prejuízos diretos e indiretos do turismo descontrolado, Tasso cita “processos de desenraizamento cultural e falta de valorização das manifestações de identidade local, em função da

crescente padronização dos atrativos”, “a ampliação expressiva nos custos econômicos decorrentes da especulação imobiliária, forçando residentes a buscar espaços de sobrevivência em regiões rurais marginalizadas e sem acesso à infraestrutura básica e aos serviços públicos” e ainda “problemas e falta de incentivos efetivos para inclusão socioeconômica das comunidades locais, seja por meio da educação e da formação profissional, seja pelo apoio ao empreendedorismo individual e coletivo”.

Mais do que criar leis de incentivo ou instrumentos de controle, o professor da UnB defende que é preciso que o desenvolvimento do destino seja pensado de forma integrada, com o envolvimento dos diversos setores produtivos e de todos os atores sociais que serão impactados, desde o planejamento, passando pela execução e pelo monitoramento, até a avaliação final. “Só assim, a partir desse modelo integrado de desenvolvimento, será possível conquistar justiça social, primando pela equidade, pela eficiência econômica, pela valorização da identidade cultural e pela prudência ambiental”, pondera.

Turismo ético

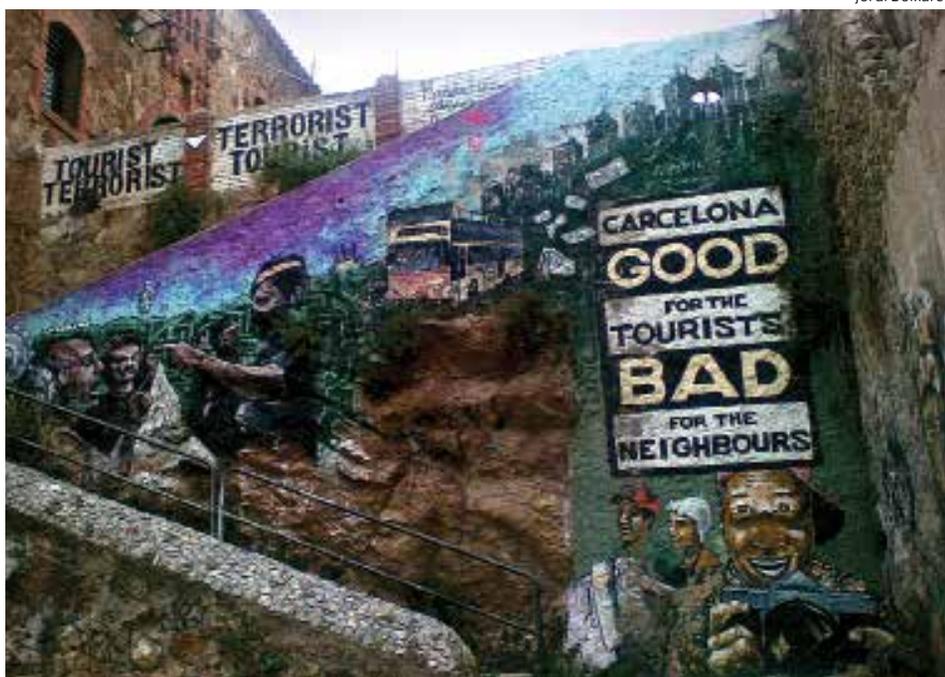
A discussão sobre a ética no turismo – ou a ausência dela – não se restringe ao âmbito nacional nem é novidade para profissionais e comunidades ligados à atividade. Em 1999, para refletir sobre essas questões e propor caminhos mais éticos ao setor, a OMT promulgou o Código Mundial de Ética para o Turismo, chancelado pela própria OMT e por representantes do setor turístico mundial, incluindo delegados de Estados, territórios, empresas, instituições e organismos setoriais.

O texto do Código já em seu início reafirma o direito ao turismo e à liberdade de deslocamento turístico, enfatizando, entre outros, “os princípios orientados a conciliar de forma sustentável a proteção ao meio ambiente,



Mais do que criar leis de incentivo ou instrumentos de controle, é preciso que o desenvolvimento do destino seja pensado de forma integrada, com o envolvimento de todos os atores sociais que serão impactados.





Jennifer Woodard Maderazo



Cartazes e pichações em Barcelona, Espanha, protestam contra o turismo predatório

o desenvolvimento econômico e a luta contra a pobreza” e a constatação de que o turismo, seja ele por motivo de “lazer, negócios, cultura, religião ou saúde”, possui “poderosos efeitos positivos e negativos no meio ambiente, na economia e na sociedade dos países emissores e receptores, nas comunidades locais e nas populações autóctones”.

O Código é composto por dez artigos, que abordam os componentes econômicos, sociais, culturais e ambientais do setor. Os princípios apresentados destacam a responsabilidade de turistas, empresários, profissionais e demais agentes do desenvolvimento turístico na construção de uma nova ordem turística mundial, que promova a redução das desigualdades

econômicas e a justiça social, conciliando os resultados econômicos com a preservação da diversidade ambiental e sociocultural dos povos. O Sesc em São Paulo foi a primeira instituição privada a aderir ao Código no Brasil.

Apesar de fomentar um debate importante e necessário, especialistas no assunto fazem algumas ressalvas ao documento, principalmente por sua disposição em “conciliar os resultados econômicos” com um ideal ético. “É um código ocidental, capitalista e patriarcal, que coloca na escuridão outros tipos de cultura que não a ocidental e capitalista”, critica o professor Helio Hintze, doutor em Ciências (Ecologia Aplicada) pela USP e especialista em Ecoturismo pelo Senac. “Ele [o Código] dá o start nessa

discussão, mas sua miopia etnocêntrica tem de ser explorada”, afirma, reconhecendo, porém, que o texto aborda questões importantes quando fala em turismo como possibilidade de interconexão cultural e pessoal.

O secretário-geral da OMT (de 2010 a 2018), Taleb Rifai, defende o valor do texto: “É o único Código existente em nível mundial, dirigido a todos os atores do setor do turismo”. Para Rifai, a limitação principal do Código é o fato de sua aplicação ser totalmente voluntária. “É por isso que a OMT está trabalhando atualmente na transformação do Código numa Convenção Internacional”, afirma ele, lembrando que, desse modo, será possível prever sanções a quem desrespeitar os princípios do documento (leia a entrevista completa com Taleb Rifai na pág. 32).

O papel do turista

De acordo com Helena Costa, professora do curso de turismo da Universidade de Brasília, doutora em Desenvolvimento Sustentável e uma das coordenadoras do Laboratório de Estudos de Turismo e Sustentabilidade (LETS) do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, o papel do turista é fundamental para impulsionar o comportamento do setor privado no sentido de zelar por questões socioambientais e éticas no destino. “Se o turista não se sente comprometido com a qualidade ambiental e de vida naquele lugar que visita, não irá respeitar as regras para conservação e nem será sensível ou respeitador da cultura daquelas pessoas.”

Algumas condutas práticas para o turista se comprometer com uma atividade turística mais responsável, segundo a professora, são: levar em consideração como o prestador de serviço de turismo se comporta em relação ao meio ambiente, à cultura e à comunidade do destino; estar consciente dos seus impactos naquele destino, buscando minimizá-los; valorizar empreendimentos que passaram por certificações e premiações, deixando

claro um compromisso com o destino turístico; realizar atividades alternativas no destino ou visitar outros destinos, indo além do grandes fluxos massivos de turismo; valorizar a cultura, a gastronomia e o artesanato locais, pagando o preço justo por eles; e frequentar lugares junto aos moradores do local, respeitando seus hábitos e culturas, proporcionando a troca de experiência.

As dicas têm muito em comum com as características do turismo comunitário, um nicho crescente no setor. Mas, para Joan Buades, pesquisador catalão que se dedica aos estudos sobre as relações entre turismo, globalização e mudanças climáticas, é preciso ir além da conscientização do turista. “O caminho deveria ser dar transparência ao setor, principalmente quanto aos benefícios produzidos em cada local e ao que é repassado efetivamente às comunidades, além dos custos sociais, ambientais e democráticos. Qualquer iniciativa de recuperação ou no sentido de garantir o controle democrático do turismo deve ser bem recebida.”



“O modelo atual [de turismo], alimentado pelo crescimento exponencial de viagens aéreas e em carros particulares, não tem futuro se consideramos seu impacto climático”



O aumento da transparência na atividade é fundamental porque Buades considera impossível substituir completamente o turismo de massa por um modelo mais alternativo, por mais que este último esteja crescendo. “Ainda assim, não devemos perder de vista que nosso objetivo básico deve ser reduzir o volume global do turismo para diminuir o impacto climático e ambiental da atividade. O modelo atual, alimentado pelo crescimento exponencial de viagens aéreas e em carros particulares, não tem futuro se consideramos seu impacto climático.”

Segundo o chefe interino da Assessoria Especial de Relações Internacionais do Ministério do Turismo do Brasil, Rafael Luisi, para quem o próximo desafio da pasta é “consolidar o Brasil como destino referência no turismo e ultrapassar a marca dos 6 milhões de estrangeiros ao ano”, garantir a sustentabilidade no turismo é um dos objetivos estratégicos do ministério. “Desde sua criação, em 2003, a pasta investe em um conjunto de ações voltadas ao tema. As medidas têm como objetivo sensibilizar turistas e prestadores de serviço sobre a importância da prática do turismo responsável”, diz.

Experiências nacionais

O turismo que não se preocupa com questões éticas muitas vezes resulta em graves conflitos, e exemplos de práticas predatórias são numerosos no Brasil e no mundo. Uma das principais causadoras de desavenças é a invasão desregrada de comunidades tradicionais por grupos massivos de turistas. Isso quase aconteceu no Ceará, quando, em 1976, um grileiro se apropriou de um trecho da Prainha do Canto Verde, no município de Beberibe, a 110 km de Fortaleza. A atuação do grileiro levou à usucapião (direito de posse adquirido sobre a terra após ocupá-la por certo tempo) e, por fim, à venda das terras para uma imobiliária – que, por sua vez, alimentou o



“VENEZA MORRE DE TURISMO”

Mulher participa de protesto em Veneza, Itália, que criticou o atracamento de grandes embarcações na cidade, com expressivo impacto social e ambiental

“Qualquer iniciativa de recuperação ou no sentido de garantir o controle democrático do turismo deve ser bem recebida”

Joan Buades, pesquisador

Annette Dubois



fantasma da especulação e da gentrificação naquela comunidade.

Os moradores locais, cerca de 800 pescadores e seus familiares na época, resistiram, segundo conta René Schärer, fundador da ONG socioambientalista Instituto Terramar e morador da comunidade desde 1992. “Isso, para a surpresa da imobiliária, provocou uma ação rescisória dos moradores”, diz. Após vitória em todas as instâncias, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) julgou a ação em favor da comunidade em 2006. “A resistência da população contra a violência dos capangas armados, o apoio jurídico do CDPDH (Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, fundado pelo Cardeal Dom Aloísio Lorscheider) e a solidariedade de muitas comunidades amigas foram fundamentais para que os direitos dos pescadores fossem respeitados”, afirma. Assim, os moradores não só evitaram o pior como começaram a se conscientizar para a importância de desenvolver um plano de turismo sustentável (não só ambientalmente, mas economicamente e socialmente também) para a região.

Segundo ele, quando o CDPDH assumiu o apoio à comunidade na luta contra a especulação e a grilagem, em 1984, foi criado um núcleo de trabalho comunitário para pensar o desenvolvimento da região. “Assim surgiu a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, fundada em 1989 e que existe até hoje.”

Schärer conta que, por meio da associação, a comunidade desenvolveu os primeiros projetos para apoiar a pesca. Um deles organizou a compra dos peixes e lagostas pela associação, para limitar os excessos dos atravessadores e melhorar o preço para os pescadores. Outro ajudou na abertura de linhas de crédito para os pescadores comprarem embarcações e material de pesca. “Vários outros projetos foram implantados em diversas frentes. Também foram muito importantes os programas sociais, a começar pelo de aleitamento materno e o de

prevenção da gravidez de risco, que em dois anos acabou com a mortalidade infantil.”

Hoje a Associação dos Moradores continua defendendo os interesses da comunidade e funciona com vários conselhos comunitários – de pesca, jovens, mulheres, artesanato e turismo comunitário – que participam do conselho deliberativo da RESEX (Reserva Extrativista, área protegida utilizada por populações tradicionais cuja sobrevivência baseia-se no extrativismo, com o objetivo de proteger os meios da vida e a cultura dessas populações).

Mesmo assim, ainda existem problemas e desafios: “As exigências burocráticas da Receita Federal são uma grande barreira para o desenvolvimento do turismo comunitário e da economia solidária. Há risco de multas pesadas, e a administração exige gastos excessivos para pagamento de contadores”, explica Schärer.

Trindade

Em Trindade (RJ), região de praias cercadas pela Mata Atlântica, na divisa entre Rio e São Paulo, a disputa de terras também vem causando problemas desde a década de 1960. A diferença é que, neste caso, o conflito ainda está vivo e causou a morte de um jovem de 23 anos em 2016.

Subdistrito de Paraty, a 24 km do centro, a Vila de Trindade já foi habitada por índios, piratas e portugueses. Abrigava cerca de 120 famílias de pescadores quando um grupo multinacional declarou posse das terras, na década de 70, para a construção de um condomínio. “Com a pressão, muita gente vendeu suas áreas e foi embora”, conta Fausto Rosa de Campos, morador de Trindade desde o nascimento e presidente da AMOT (Associação dos Moradores de Trindade).

Com a abertura da rodovia Rio-Santos (BR 101), e o início das atividades de turismo, em 1971, a região começou a receber muitos visitantes, que ficaram sabendo da situação a que os moradores vinham sendo

submetidos. Foram esses turistas que se juntaram à comunidade para fundar a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro. Esse movimento acabou dando visibilidade nacional para a história de Trindade e ajudando a comunidade a se mobilizar contra a especulação imobiliária e ganhar apoio jurídico.

“Foi uma luta muito feia”, afirma Campos. “Os jagunços chegaram a estuprar duas professoras da comunidade”, lembra ele. A multinacional tentou ocupar a área de forma violenta por nove anos. Com a fundação da AMOT, em 1989, a comunidade de Trindade conseguiu que políticos e juristas se interessassem pela causa e ganhou na Justiça o direito a parte das terras. “A holding ficou com grandes parcelas de terra, mas não conseguiu mais lotear tudo”, conta Campos.

Hoje Trindade vive do turismo. Está caminhando para o modelo de base comunitária (protagonizado pela comunidade local, gerando emprego e renda para a região), depois de ter passado pelas fases do ecoturismo (fomentando a educação ambiental), e do turismo de massa (modelo passivo e sazonal, voltado para a classe média e em geral de custo mais acessível). “Estamos num momento de transição”, explica ele. “Algumas associações estão se capacitando e, com o surgimento das unidades de conservação, começamos a ter outro tipo de discussão”, completa. Parte do território de Trindade fica dentro de duas unidades de conservação, o Parque Nacional da Serra da Bocaina e a Área de Proteção Ambiental do Cairuçu.

Para o presidente da AMOT, a região está vivendo um crescimento desenfreado. Com cerca de 1.200 moradores, recebe atualmente, nos meses da alta temporada, 200 mil turistas. Quase todos os habitantes têm uma pousada ou um restaurante, e os pescadores também se envolvem com o turismo.

“Mas a atividade não chega a ser sustentável economicamente, e temos muitos problemas de infraestrutura”, diz. Segundo Campos, os próprios



RECONSTRUÇÃO. Cenas de Timor Leste, no sudeste asiático, onde a relação dos moradores com o turismo é delicada em razão do conturbado cenário político e econômico do país



moradores cuidam da manutenção de estradas e da rede de água, em mútuo. “Estamos abandonados à própria sorte.”

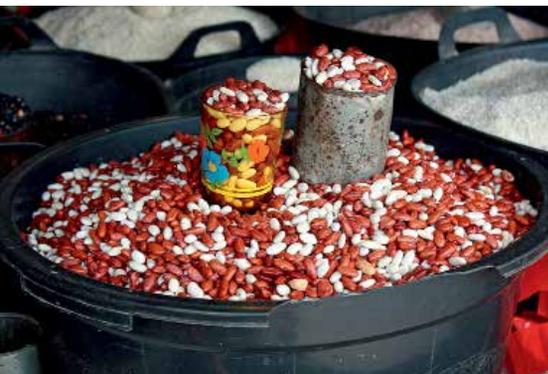
Outros casos demonstram como o turismo, apesar de sempre provocar impactos, é mais benéfico quando exercido com responsabilidade. O Complexo Turístico Itaipu (CTI), no Paraná, ganhou um prêmio da OMT em 2015 na categoria Pesquisa, Tecnologia e Inovação por sua atuação como promotor do desenvolvimento territorial sustentável.

A inovação introduzida foi a gestão de um atrativo turístico por uma fundação sem fins lucrativos (Fundação Parque Tecnológico Itaipu Brasil), em uma área industrial em

funcionamento, tendo toda a sua receita investida em pesquisa e no desenvolvimento da região.

“A cobrança dos ingressos é revertida em geração de emprego e renda e na aplicação em um fundo tecnológico, gerido pela própria Fundação, que financia projetos e programas de desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico promovidos na região”, explica Jurema Fernandes, gerente do CTI.

Segundo ela, a decisão por esse modelo e pelo investimento em turismo sustentável está alinhada com a missão do Parque Tecnológico Itaipu Brasil de promover o desenvolvimento territorial sustentável, neste caso, do território de Foz do Iguaçu, a 643 km de



Curitiba – cidade paranaense com 260 mil habitantes que é hoje o terceiro destino de turistas estrangeiros no país e primeiro da região Sul.

De acordo com Fernandes, a Fundação assumiu a administração do turismo em Itaipu em 2007 visando promover o desenvolvimento territorial sustentável, mas havia também uma grande demanda por parte do setor turístico de Foz do Iguaçu para que Itaipu tivesse um atendimento turístico mais profissionalizado. “Hoje, todos os colaboradores do Complexo Turístico Itaipu são moradores da região”, conta ela, e o turismo representa 15% do PIB da cidade, calculado em R\$ 8 bilhões. “A renda do CTI representa dois pontos percentuais desses 15%.”

EM ÁREAS QUE VIVERAM CONFLITOS, TURISMO MASSIVO PODE APROFUNDAR TRAUMA E SEQUELAS

“A discussão ética da interface entre os visitantes e os visitados é urgente, sob o risco de passarmos a visitar os lugares quase como se fossem zoológicos humanos.” A frase é do professor do curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) Thiago Allis, para quem não é possível falar em turismo sem abordar questões éticas, especialmente em se tratando do turismo praticado em regiões conflagradas.

Especialista em Integração da América Latina, Allis foi professor visitante na Universidade Nacional Timor Lorosae, no Timor Leste, e aponta que “apesar de o Código de Ética da OMT existir há quase 20 anos, ainda há muito discurso e poucas ações práticas”.

No caso das regiões em momento “pós-conflito” e que começam a apostar no turismo como uma forma de reconstrução econômica e social, Allis afirma que esse é um “contexto de muita sensibilidade, em que comunidades ou países inteiros foram destruídos”. Nessas regiões, diz, “em um curto espaço de tempo as pessoas têm que ‘trocar a chavinha’. É como se dissessem: esqueça da hostilidade que imperou aqui por anos e vamos começar a trabalhar com hospitalidade”. Segundo ele, impor esse tipo de situação seria equivalente a esperar que as memórias e as histórias de vida dos moradores locais sejam apagadas de uma hora para a outra.

A observação, diz ele, é especialmente importante quando

se fala em turismo de massa, que implica grandes volumes de pessoas concentradas em poucos locais. Segundo o professor, quando se começa a observar o desenvolvimento do turismo nesses contextos, questões éticas afloram com muito mais intensidade.

“Na minha experiência com o Timor Leste cheguei à conclusão de que, se as empresas de turismo não cuidarem da aproximação ética e humana com a população, o turismo deixa de ser uma possibilidade de reconstrução e acaba aprofundando ainda mais as sequelas do que um dia foram os conflitos”, explica. “O turista chega buscando diversão, e, com isso, as sutilezas envolvidas no processo de reconstrução nacional acabam sendo atropeladas”, afirma. “E isso vale também para os governos.”

Em caso de descompasso entre as questões éticas e econômicas, o que pode acabar acontecendo, na visão do especialista, é que a própria atividade turística gere um outro tipo de conflito, opondo moradores locais e viajantes de todas as partes do mundo.



“Se as empresas de turismo não cuidarem da aproximação ética e humana com a população, o turismo deixa de ser uma possibilidade de reconstrução”



Sou Farofa

ensaio fotográfico

João Castellano

(Porto Alegre, 1980)

SOBRE AS OBRAS

O fotógrafo trabalha desde 2012 neste projeto, que ainda sofre atualizações. João começou clicando “farofeiros” na Represa da Guarapiranga, em São Paulo, mas logo expandiu as fronteiras do trabalho para praias, parques e piscinões de todo o país. As fotos resultantes desse trabalho já apareceram estampadas em publicações de todo o mundo, como El País, Marie Claire França, Burn, Der Spiegel, The Atlantic, Lens Blog, do The New York Times, entre outras. Já são mais de 6.000 imagens no ensaio, diz o fotógrafo gaúcho.





Farofada boa

O fotógrafo João Castellano elegeu os “farofeiros” das praias e parques brasileiros como protagonistas de um ensaio que desafia preconceitos

texto: Gabriel Vituri

fotos: João Castellano

Quando é verão no Brasil, sobretudo no fim de ano, quando as famílias se reúnem para curtir a folga e as festas, surgem estampadas em jornais, revistas e reportagens televisivas imagens que por um momento chegam a espantar: milhares de guarda-sóis, isopores, cadeiras de plástico, boias infláveis e, claro, gente, muita gente, se aglomeram e disputam um espaço nas praias mais movimentadas do país.

Aos olhos de uma grande parcela da população, isso tem um nome, ou variações sobre um mesmo tom. Farofa, farofada, farofeiros.

Feita a partir da mistura da farinha da mandioca (ou do milho) com ingredientes que variam conforme a região, a farofa é um prato brasileiro típico que, segundo estudos, acompanha nossos hábitos culinários desde a época colonial. Por ter um ingrediente de baixo custo, a farinha, como sua matéria-prima principal, a iguaria é comumente associada a refeições mais simples e humildes, predominantemente entre as populações mais pobres do país, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

Ainda que gastronomicamente uma boa farofa seja saborosa e versátil, a mesma palavra, em outro contexto, reforça preconceitos que também nos acompanham desde os tempos coloniais. “Farofada” ou “farofeiros” são

termos que servem para definir famílias inteiras – em geral, mais pobres – que se reúnem em espaços públicos para desfrutar de momentos de lazer. À beira-mar, em lagos ou represas, essa parcela da população é muitas vezes alvo de chacota e discriminação, permanecendo distante de praias com melhor infraestrutura e

de outros destinos onde o movimento turístico é mais elitizado.

A revelação

Talvez por isso não se veja em cartões postais a realidade que João Castellano, 30 anos, decidiu retratar. Pelo contrário: são justamente os momentos de lazer dos “farofeiros”, com todas as suas cores, isopores e boias, os grandes protagonistas do ensaio *Sou Farofa*, que começou a ser feito em 2012 e de tempos em tempos é retomado por ele para novas incursões. A estreia do projeto aconteceu meio ao acaso: convidado por uma publicação a fotografar a Represa de Guarapiranga, localizada no extremo sul da cidade de São Paulo, João acabou saindo do roteiro inicial do trabalho e saiu registrando, “do meu jeito”, como ele reforça, famílias que ocupavam aquele espaço em busca de lazer. O resultado foi uma excelente surpresa, e as imagens acabaram roubando o destaque da pauta inicial e se transformaram em um ensaio de várias páginas.

Pouco a pouco, as incursões de João Castellano por ambientes repletos de “farofeiros” se tornaram mais frequentes. Mas essa é só uma parte da história. Muito antes de aportar na Guarapiranga com seu equipamento, quando já ocupava um cargo estável na redação de uma revista de grande circulação, o fotógrafo transitou por espaços diversos e viveu uma série de

Foto Gustavo Luizon



RAIO-X

Nome: João Castellano

Idade: 37

Naturalidade: Porto Alegre

Experiência: Entre 2005 e 2010 morou em Nova York, onde fez trabalhos para veículos brasileiros e para grandes marcas, como a Hugo Boss. Foi estagiário no DPI (Departament of Public Information) da ONU. Retornou ao Brasil a convite da revista *Istoé*, onde atuou por sete anos. Entre 2016 e 2017 passou seis meses fotografando o conflito contra o Estado Islâmico no Iraque.



NAS FAROFADAS DE NORTE A SUL, SÓ MUDA O SOTAQUE

Em 2012, convidado por uma publicação a fotografar a Represa de Guarapiranga, na zona sul de São Paulo, João aproveitou o momento para também fazer imagens das famílias que ocupavam o local em busca de lazer. O projeto ganhou corpo e se transformou no “Sou Farofa”. Além da Guarapiranga, há registros em praias do Nordeste, piscinões e beiras de rio em várias cidades do país. A expectativa é que parte dessas milhares de fotos sejam publicadas em um livro, que ainda aguarda financiamento.



reviravoltas. “Meu sonho era ser jogador de futebol, sempre. Eu ia pra escola pra jogar bola”, recorda. Como ficava no gol, uma posição muitas vezes indesejada no futebol de rua, João tinha espaço em qualquer pelada, e a sua obsessão pelo esporte predominava sobre todas as coisas. Então, quando seu pai não permitiu que ele aceitasse um convite para fazer testes de goleiro em um time do interior, não chega a ser surpreendente o fato de isso ter transtornado sua cabeça. “Eu fiquei bem perdido, não tinha ideia do que fazer”, lembra o fotógrafo, que a essa altura já havia abandonado os estudos.

Sem rumo, João começou a fazer alguns trabalhos como office boy, mas continuava frustrado pelo sonho futebolístico interrompido. Percebendo o estado de espírito em que ele parecia estar afundado, sua irmã o convidou para ir até a Califórnia, nos Estados Unidos, onde ela morava, para fazer uma viagem de meses junto dela e do namorado. O plano: descer da América do Norte até São Paulo de carro, passando por diferentes países latinos até chegar ao destino final. Além de ver o mundo com outros olhos, “comecei a perceber que as pessoas são parecidas, a diferença é como elas foram educadas nas suas regiões”.

João, por influência do cunhado, entrou em contato com o que viria a ser sua profissão muitos anos depois, a fotografia.

A princípio, a ideia de “vou ser fotógrafo” tinha algo de “não preciso estudar pra isso”, um pensamento que se dissipou logo que ele chegou ao Brasil, cerca de seis meses depois. “Quando fui revelar meu primeiro filme, coloquei o papel na bandeja, chacoalhei e a imagem surgiu. Nem sei te explicar o que foi aquilo. Foi a coisa mais incrível que eu já vi na minha vida”, lembra João, que tinha recém-cometado um curso de fotografia no SENAC. No segundo módulo do

“Essa farofada nada mais é do que uma reunião de pessoas, famílias, mas a gente sempre tem que ridicularizar o mais pobre”

João Castellano, fotógrafo



programa, ele conta, seu pai foi à falência, e com a saúde financeira da família abalada, o estudante saiu atrás de trabalho. Paralelamente a um estágio não remunerado que fazia com um fotógrafo profissional, que ele logo abandonou, passou a fazer de tudo: se apresentava como malabarista em semáforo, cuspiu fogo em festas, entregava pizza, pegava bicos de garçom e trabalhava em lojas diversas.

Por mais que àquela altura já soubesse para onde seu desejo apontava, a questão que o rondava era: “Mas fotógrafo de quê?”. De qualquer coisa, pensava. Depois de retomar o curso do SENAC, que ficara paralisado durante

um período, continuou a fazer bicos, terminou o segundo grau no sistema de ensino supletivo e se inscreveu em um curso de graduação em Publicidade e Propaganda. No meio dessa tormenta, eis que surgiu uma luz. Convidado por um amigo a assistir a um jogo decisivo, direto do gramado, presenciou o corintiano Dida defender dois pênaltis de Raí, ídolo são-paulino na época, e decidiu que seria fotógrafo de futebol. Em 2004, enfim, João ingressou em uma agência de fotografia e dali em diante a profissão foi se transformando em uma atividade consistente em sua vida. João Paulo De Araújo Pinto, então, passava ali a

adotar o nome que carrega até hoje, João Castellano, em uma homenagem à origem italiana da mãe.

“Ela sempre dizia que pra ser bom em alguma coisa é preciso estudar. Decidi ir pra Nova York atrás disso”, lembra. Se conseguisse ser um bom fotógrafo por lá, ele imaginava, não haveria lugar onde não o pudesse ser. E João foi, “sem falar inglês e sem conhecer ninguém”, aprender fotografia e trabalhar aqui e ali para sustentar sua estadia na metrópole norte-americana. Aos poucos, aproximou-se de profissionais que lhe deram abertura e o incluíram em jobs pela cidade – de casamentos a festas de estilistas

renomados. Chamado mais de uma vez pela revista IstoÉ para ocupar uma vaga na redação, acabou voltando ao Brasil anos depois, em 2010 – mais experiente, com emprego fixo assegurado na mala, porém persistentemente irrequieto.

Farofada

Quando as incursões de João Castellano por ambientes inundados de farofa começaram a se tornar uma realidade, ele ainda não sabia bem onde queria chegar com aquilo. Em 2014, então, por conta de um festival internacional de fotografia em Paraty, no litoral do Rio de Janeiro, ele apresentou seu trabalho a David Alan Harvey, um renomado fotógrafo californiano da agência Magnum. “O único ensaio de verdade que eu tinha era o da Guapiranga, e o cara pirou. Me pediu pra fazer mais dezenas de fotos como aquelas. Saí de lá e comecei a produzir que nem um maluco”, ele recorda. David, explica João, dizia que imprimir as imagens e pendurá-las é a melhor forma de enxergar um trabalho de fotografia e assim melhorá-lo, se for preciso. Quando seguiu o conselho, percebeu um traço seu estampado na parede: “Só tinha foto de pessoas negras, gordas, e eu percebi que era muito preconceituoso”.

Aos poucos, e ao mesmo tempo em que se afeiçoava àqueles ambientes, ele notou a relação estreita entre a palavra “farofa” e o preconceito. t, reflete o fotógrafo, ele mesmo um farofeiro, segundo conta. “Meu pai é pescador e baloeiro. Em bancada de balão e em beira de rio o que mais tem é farofa.”

Entre praias do Nordeste, piscinões e beiras de rio, João Castellano registrou milhares de momentos, literalmente. A diferença entre um lugar e outro, contudo, é coisa que não se vê nessas fotos todas: “Só o sotaque [é diferente]. Pobre é pobre em qualquer lugar. É o povo brasileiro. Onde é isso aqui? Não interessa o lugar, o





que interessa é o povo. Você tem uma água e uma população pobre, vai ter diversão, vai ter reunião familiar”. O ensaio, ele reforça, “é sobre o farofeiro, o brasileiro”. Com equipamento em punho, muitas vezes usando flash na hora de clicar, era impossível que o fotógrafo passasse despercebido. Após se apresentar e explicar a proposta do trabalho, não era incomum que seus interlocutores se adiantassem, “mas eu não sou farofeiro”, diziam, uma reação que era logo transformada em hospitalidade após mais explicações de João. “Eu mostrava que era justamente isso o que eu propunha, mostrar que a farofa não precisa ter conotação pejorativa”, conta, destacando a grande hospitalidade da maioria dos fotografados, farofeiros autodeclarados ou não.

Fora das redações desde meados de 2016, João Castellano segue buscando experiências que o transformem. A última, ainda em andamento quando ele conversou com os Cadernos de

Cidadania, era conhecer a guerra de perto. Depois de sair do emprego que o trouxe de volta ao Brasil, arrumou suas coisas e, junto com outro repórter, um amigo próximo, foi passar uma temporada no Iraque em busca de materiais jornalísticos.

Em paralelo, o objetivo do fotógrafo é transformar “a farofa”, como ele chama o ensaio, em um livro com 60 fotografias, projeto que ainda não saiu do papel por falta de apoio financeiro. Publicado em diversas revistas internacionais, na França, China, Alemanha e Estados Unidos, por exemplo, o trabalho é indissociável do seu grande tema: a exclusão. “Ele não é artístico, é documental e autoral. Eu documentei a realidade do povo brasileiro”, diz ele. Sou Farofa, como o próprio João sintetiza, tem um propósito claro: “Nos levar a lugares onde não queremos ir, nos mostrar uma realidade que não queremos enxergar, e assim nos fazer questionar nosso próprio preconceito”.

Maioria silenciosa

Embora mais numerosas do que os homens no setor de turismo, mulheres ocupam em geral postos menos qualificados e ganham salários mais baixos

texto: Gabriel Vituri

ilustrações: Elisa Cacareto

Em um hotel com grande movimento de turistas, não chega a surpreender se encontrarmos, da porta giratória até a mesa do restaurante, apenas funcionárias mulheres. Exceto pelo carregador de malas, ofício cujo pré-requisito indispensável ainda parece ser a força física, é comum e natural para a maioria de nós que a recepcionista, a camareira, a cozinheira e a responsável pela limpeza das áreas comuns do local, dentre outras ocupações semelhantes, sejam do sexo feminino.

Apontado hoje como um dos setores com maior potencial de gerar desenvolvimento econômico e social, o turismo é um grande empregador de mulheres no Brasil. À primeira vista, ostenta um louvável equilíbrio de gênero. O fenômeno, contudo, é mais quantitativo do que qualitativo. Apesar de serem estatisticamente relevantes no setor, as mulheres costumam ocupar funções hierárquicas muito mais baixas do que os homens, estão menos propensas a atingir patamares de especialização e, conseqüentemente, recebem os menores salários dentro dessa cadeia. A constatação

é fruto do estudo *Global Report on Women in Tourism*, organizado pela ONU Mulheres e lançado em 2010.

Atividades como cozinhar, lavar, passar e receber anfitriões foram consolidadas ao longo da história como atribuições femininas e, por isso, permanecem sendo delegadas a mulheres, ainda que elas não estejam mais dentro de casa, e sim no mercado de trabalho. No setor turístico, isso se agrava ainda mais. “Existe uma relação ambígua entre o turismo e a questão de gênero”, afirma a cientista social Carla Cristina Garcia, professora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Carla, que é autora de *Breve História do Feminismo*, dentre outros livros, alerta para a falsa ideia de equiparação de oportunidades que essa participação numérica das mulheres no turismo pode despertar. “Se por um lado você tem um aumento muito grande no número de mulheres que trabalham envolvidas no setor, por outro, são trabalhos que efetivamente continuam subordinando a mulher ao papel tradicional. Ou seja: na arrumação de hotel, na comida, na limpeza.”





De acordo com o estudo da ONU, a América Latina é a região do mundo com maior participação de mulheres no setor de hotelaria e restaurantes, cerca de 59% do total de funcionários. Por outro lado, em 2010, o estudo apontava que apenas 36% ocupavam cargos mais altos e profissionalizados. “Muitas mulheres continuam em papéis em que se continua a exigir a tal da boa aparência”, critica a professora da PUC. “A moça que está na frente do hotel, a aeromoça, são todas funções que exigem uma cordialidade dessas mulheres, é um reforço do estereótipo”, completa.

Na opinião de Carla Garcia, a discussão sobre o turismo não pode ser isolada dos problemas que atingem o mercado de trabalho de maneira geral. “Você precisa interseccionar isso. Uma moça que seja negra, gorda, que tenha o cabelo natural, por exemplo, dificilmente estará na ponta desse serviço de recepção, porque é exatamente o mesmo drama que existe em outros ambientes de trabalho. O mercado se estrutura no estereótipo, no lugar que se designa para a mulher no mundo público, e isso não é de jeito nenhum uma exclusividade do turismo”, diz.

A recepcionista Amanda Modena, de 27 anos, explica que essa exigência estética é realmente muito forte dentro do ramo da hotelaria. “Ainda é um setor cheio de regrinhas e preconceitos. A meu ver, são coisas do passado que precisam ser mudadas e adaptadas”, opina a jovem, citando exemplos corriqueiros que ilustram o problema: “Cabelos presos, maquiagens, sapatos impecáveis de salto alto, postura rígida. Detalhes assim são cobrados”.

Panorama

A proposta do estudo da Organização das Nações Unidas é mapear as relações de gênero dentro do turismo e, a partir dos resultados, entender em que estágio de cada região do mundo se encontra na busca pela igualdade. Global Report on Women in Tourism gerou

cinco metas: promover oportunidades iguais para mulheres trabalhando no turismo; inspirar o aumento do empreendedorismo de mulheres no setor; incluir mulheres a partir da educação e do treinamento; encorajá-las a serem líderes; e proteger mulheres vulneráveis e aquelas que trabalham em estabelecimentos familiares.

No turismo, segundo o relatório da ONU, as chances de uma mulher tocar seu próprio negócio são quase duas vezes maior do que em qualquer outro setor, e não à toa a ideia de empreender no setor é frequentemente apontada como um passo rumo à emancipação e ao empoderamento feminino. A aparente solução, contudo, é bem mais complexa. “Aqueles que trabalham fora do esquema de emprego em hotel, por exemplo, e têm seu pequeno negócio, têm com frequência um negócio informalizado, que ocupa a mão de obra da família e que portanto não remunera”, pondera Carla Cristina Garcia.

Na América Latina, os dados divulgados em 2010 apontavam que o setor de hotelaria e restaurantes tinha 70% das mulheres trabalhando na condição de family workers, ou seja, subempregos sem perspectivas de melhorias, sem possibilidade de ascensão e de formação de carreira. “Você tem essa precarização, que é utilizar mão de obra familiar, infantil às vezes, sem pagamento, porque é o jeito que elas têm de continuar fazendo as coisas, então, substancialmente, nesses casos não há melhorias”, completa a professora da PUC-SP e da USCS.

Para ela, a questão é problemática, pois de certo modo representa a captação do movimento feminista pelo neoliberalismo, tornando a luta por condições iguais de trabalho uma luta individual, e não mais coletiva e ideológica. “É isso mesmo o que o neoliberalismo quer: quanto mais individualizada ficar a questão, menos reivindicações sociais você vai ter”, critica. “Além disso, esse discurso é montado a partir da submissão e,

afinal de contas, nos países de terceiro mundo, de maneira geral, a responsabilidade pelos filhos continua a ser das mulheres, e aí essa vulnerabilidade é aproveitada por esse discurso”, completa.

Solange Veiga, de 50 anos, não é empreendedora, mas pode se orgulhar do lugar que alcançou no setor. Formada em publicidade e em pedagogia, turismo para ela até poucos anos atrás era só questão de lazer, e a perspectiva de atuar na área começou a surgir a partir de um hobby: o mergulho. “O proprietário da loja (de equipamento de mergulho) me chamou para trabalhar com eles, aí comecei a montar

pacotes, fazer as viagens, guiar grupos e adorei tudo”, lembra. A experiência na agência do litoral de São Paulo não durou muito tempo, mas a ideia ressurgiu quando Solange retornou de uma temporada que passou na Inglaterra. “Quando voltei, fui para Ilhabela entregar currículos, e queria qualquer área do turismo pra começar. Dei sorte de um hotel boutique precisar de uma gerente, e aí já comecei num cargo administrativo”, conta. Segundo ela, a experiência de morar no exterior e a formação diversificada a ajudaram a conseguir o emprego, já que a intenção era lidar com hóspedes vindos de vários países e de diferentes culturas. Em julho deste ano, buscando novos ares, a gerente hoteleira passou a ir atrás de novas opções de trabalho no setor. Acabou contratada para gerenciar um hotel de luxo no litoral da Bahia, em Corumbau, considerada uma das praias mais belas e inóspitas do país.

As experiências de Solange Veiga e de Amanda Modena são diferentes. A primeira tem um alto cargo dentro da hierarquia do estabelecimento, coordena a operação do hotel e lida com funcionários e hóspedes, garantindo que tudo esteja no lugar. A segunda, por sua vez, lida com hóspedes e moradores, mas também controla a operação de caixa e garante que cadastros e reservas estejam todos organizados e sistematizados. Os dois casos, apesar de distintos, representam cenários favoráveis e otimistas dentro de um panorama complexo. Além do estudo da ONU, ainda há pouca informação disponível e revisada sobre a questão de gênero dentro do turismo, o que dificulta a elaboração de ações pontuais e metas pragmáticas para diminuir as desigualdades.

O Sindicato da Categoria Profissional dos Empregados em Empresas de Turismo no Estado de São Paulo (SETETUR), por exemplo, afirma que não há diferenças salariais entre homens e mulheres no setor. “Hoje em dia há um termo de igualdade, em

59%

do total de funcionários no setor de hotelaria e restaurantes na América Latina são mulheres

36%

das profissionais mulheres no setor de turismo, apenas, ocupam cargos mais altos e profissionalizados

“O mercado se estrutura no estereótipo, no lugar que se designa para a mulher no mundo público”

Carla Cristina Garcia, professora da PUC



que se ocupa os mesmos cargos, as mesmas hierarquias e os mesmos salários, tanto para direção quanto para vendas”, afirma Luiz Vecchia, presidente da organização há duas décadas. Os benefícios que o sindicato conquistou para a categoria são os tradicionais: dissídio anual sobre o salário, vale-refeição e uma gama de serviços sociais como médicos, dentistas, laboratórios, dentre outros. Na visão do presidente, o SETETUR, criado há 35 anos, não deve atuar no sentido de promover igualdade de gêneros. “Não vejo necessidade de atuarmos nessa frente, pois existe uma liberdade de escolha na parte patronal”, diz. Para Vecchia, a suposta igualdade “veio normalmente”. O sindicato, porém, não dispõe de dados estatísticos para basear essas conclusões.

No caso do Ministério do Turismo também não há dados que apresentem estatísticas com recorte de gênero. Segundo a assessoria da pasta, o setor gerou no Brasil 3,14 milhões de empregos formais em 2014, de acordo com estudo do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, na sigla em inglês). A única estatística fornecida pela pasta que apresenta diferenciação entre gênero saiu em 2016, e fala sobre a intenção de viagem das mulheres, dado obtido pela Sondagem do Consumidor - Intenção de Viagem, do próprio ministério. Segundo a pesquisa, a intenção de viajar sozinha cresceu 22% entre 2015 e este ano.

“Há uma grande dificuldade para promover ações contra discriminação quando você não tem dados precisos”, admite a procuradora do trabalho Sofia

Vilela. Ela é vice-coordenadora da Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidade e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), criada em 2002 e atualmente uma das oito frentes de atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT). A Coordigualdade combate as formas de discriminação sobre gênero, raça, deficiência, orientação sexual e tudo o que estiver relacionado à promoção de igualdade no ambiente do trabalho.

Assédio sexual

Sofia conta que, independentemente do setor, o maior problema que a Coordenadoria enfrenta no tocante a questões de gênero é o assédio sexual. “É uma forma muito grande de violência contra a mulher, e acontece de forma silenciosa”, destaca a procuradora. Ainda que seja muito frequente, porém, ela explica que estatisticamente a quantidade de denúncias ainda é baixa dentro do MPT, ou porque as vítimas não se sentem à vontade para comprar essa briga, ou pela falta de provas concretas que possam ajudar na punição aos envolvidos.

Especificamente sobre o turismo, os esforços são dedicados ao combate ao trabalho infantil e ao turismo sexual. “O trabalho infantil e a exploração sexual são uma das piores formas de trabalho. Embora sejam proibidos, não deixam de ser comerciais, e a maioria das pessoas exploradas nesse ramo são mulheres”, explica. Carla Garcia aponta que o estereótipo da mulher complacente ajuda a reforçar o problema. “A imagem do acolhimento é sempre uma foto de mulher, nunca de um homem. No caso do turismo sexual, é um problema no mundo inteiro, principalmente em lugares onde já há rotas de turismo, porque além da exploração feminina da maneira mais vil, como o tráfico e a escravidão, você tem ainda a coisa do exótico”, diz a professora.

Para o Ministério Público do Trabalho, o grande desafio na atuação é o

reconhecimento de que a desigualdade ainda está aí. “A gente ouve que não tem mais, que a mulher não é discriminada, que assédio sexual não existe, que isso é tudo coisa de antigamente. As pessoas precisam entender que o problema persiste, e o primeiro passo para combatê-lo é reconhecendo isso, porque assim ficamos mais abertos a investigar e a entender quais são as demandas específicas no assunto”, adverte a procuradora, que explica a importância do empoderamento feminino nessa luta. “É muito importante que, ao viver uma situação de discriminação, de desigualdade, elas tentem conseguir algum tipo de prova. É essencial salvar e-mails, mensagens, e ter testemunhas que estejam dispostas a confirmar o fato. Caso contrário, a mulher diz algo, o empregador contesta, e isso dificulta o sucesso da causa no setor judiciário”. Em outras palavras, a falta de provas é grande dificuldade apontada por Sofia Vilela em casos de discriminação.

O estudo da ONU Mulheres dá uma série de sugestões de ação para lidar globalmente com as questões de gênero no turismo. Divididas entre cada elo dessa cadeia (emprego, empreendedorismo, educação, liderança e comunidade), as recomendações dialogam entre si e apontam a necessidade de promover ações concretas capazes de surtir efeitos duradouros, como iniciativas privadas e públicas no sentido de capacitação de profissionais, além de pesquisas e de sistematização de dados que monitorem o setor de forma constante a fim de identificar os gargalos dessa questão.

Na visão de Carla, as tentativas mais consistentes estão dentro das lutas dos movimentos feministas: “O capitalismo não é ruim só para as mulheres, ele é ruim para todo mundo, e é especialmente ruim para elas porque as coloca numa invisibilidade como força de trabalho, porque continua dentro da ideia de setor informalizado”. Na visão da estudiosa, no neoliberalismo

Foto Dalmir Ribeiro Lima



GÊNERO EM CLASSE. A professora Carla Garcia, que critica o fato de a participação feminina no setor de turismo estar geralmente restrita a trabalhos ligados à limpeza ou à hospitalidade



“A gente ouve que a mulher não é discriminada, que assédio sexual não existe, que isso é tudo coisa de antigamente. As pessoas precisam entender que o problema persiste, e o primeiro passo para combatê-lo é reconhecendo isso.”



a precarização do trabalho é maior. “Uma coisa que precisa ser reforçada é que não dá para discutir a questão de uma maneira isolada ou liberal, porque assim vai ser sempre ‘as mulheres e o turismo’. Se não houver intersecção, não vai adiantar nada”, alerta.

“Tanto faz se é no turismo, se é no banco, confecção, porque é o modelo como as empresas são geridas que explora o trabalho informalizado, precarizado, e as mulheres ganham menos que os homens nesse cenário”. Hoje, há no Brasil uma diferença de pagamento de quase 30% para homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo e possuem o mesmo currículo, revela a especialista. A discussão sobre turismo e o debate sobre turismo ético, na opinião de Carla, são cruciais nesse contexto. “Isso faz os visitantes entenderem que as pessoas compõem o lugar, que a paisagem é habitada, e aí surgem outros questionamentos: o passo dois agora é ver quem são as pessoas que estão ali, e em que condições”, conclui.



CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS CAMAREIRAS É DESAFIO PARA O SETOR HOTELEIRO NO MUNDO TODO

Em qualquer tipo de hospedaria, mas sobretudo em resorts e redes hoteleiras, um serviço impecável depende em grande parte de uma função específica, majoritariamente exercida por mulheres. Responsáveis pela limpeza e pela arrumação de quartos, banheiros e outras dependências, as camareiras trabalham diariamente para que nada esteja fora de lugar. “Você pode ter o melhor sistema de marketing ou um design de interiores de última moda, mas se os quartos não estiverem limpos e ordenados, o serviço ao cliente será um desastre”, afirma o especialista Ernesto Cañada, autor do livro “Las que limpian los hoteles: historias ocultas de precariedad laboral”, dentre vários outros. Ao mesmo tempo em que exercem atividades indispensáveis, porém,

essas funcionárias constituem a categoria de trabalho mais desfavorecida dentro do setor turístico.

Segundo Cañada, coordenador de uma associação catalã de pesquisa e comunicação para o desenvolvimento, a Alba Sud, são vários os problemas enfrentados pela classe: contratos muito curtos, terceirização, carga de trabalho excessiva e outras condições que deterioram sua saúde física e mental. Além disso, há repetidos casos de assédio sexual, outro fantasma que sempre ronda o cotidiano das camareiras. Em maio de 2011, o francês Dominique Strauss-Kahn, então diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi detido e renunciou ao seu cargo por tentativa de estupro a uma funcionária de um hotel em Nova York; nas Olimpíadas do Rio

de Janeiro, em 2016, pelo menos quatro casos de assédio e estupro contra funcionárias da categoria foram reportados na Vila Olímpica, complexo habitacional destinado aos atletas participantes.

“O empresariado hoteleiro está reduzindo custos de qualquer forma que seja”, explica o especialista. Como o setor está perdendo espaço para outras dinâmicas de hospedagem, como alojamentos mais baratos e plataformas de reserva online, a tendência é que isso se acentue e prejudique ainda mais as camareiras. Por isso, na visão de Ernesto Cañada, a pesquisa a respeito do mundo do trabalho no turismo é essencial. “O conhecimento que temos sobre o que acontece neste universo é muito precário. Precisamos de uma investigação crítica, comprometida com os trabalhadores e trabalhadoras, e que seja realmente útil”, conclui.

entrevista

TALEB RIFAI, SECRETÁRIO-GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO

Divulgação/OMT



“Ainda estamos longe do cenário ideal”

Agência da ONU reconhece avanço tímido no setor e planeja transformar o Código Mundial de Ética do Turismo em uma convenção internacional que possa gerar sanções a quem desrespeitar seus princípios

texto: Renata Valdeão

A Organização Mundial do Turismo (OMT), agência especializada das Nações Unidas e principal organismo do mundo na área, está preparando uma proposta de reestruturação do Código Mundial de Ética do Turismo para apresentar na próxima Assembleia Geral da organização, no final deste ano, na China.

O plano é transformar o Código, de aplicação voluntária, em uma Convenção Internacional, que tem a finalidade de produzir efeitos jurídicos. “Embora tenhamos visto melhorias significativas na forma como os países têm incorporado seus princípios [do Código] à legislação, ainda estamos longe do cenário ideal”, explicou o secretário-geral da OMT, Taleb Rifai, à frente do cargo desde 2010.

Leia, a seguir, trechos da entrevista de Rifai aos Cadernos de Cidadania.

Os princípios do Código Mundial de Ética do Turismo são suficientes para orientar a prática do turismo ético? Por quê?

O Código Mundial de Ética do Turismo é o único código existente em nível mundial e dirigido a todos os atores do setor de turismo: governos, setor privado, sociedade civil, meios de comunicação e turistas. Ainda assim, um dos desafios do código é que a sua aplicação é voluntária e, embora tenhamos visto melhorias significativas na forma como os países têm incorporado seus princípios à legislação, e, no caso das empresas, implementado na gestão, ainda estamos longe do cenário ideal.

É por isso que a OMT está trabalhando atualmente na transformação do código numa Convenção Internacional. Há um grupo de trabalho dos países-membros da OMT conduzindo esse processo, e acredito que a

primeira versão do texto da proposta será apresentada à 22ª Assembleia Geral da OMT, que terá lugar na China, em setembro de 2017.

Quantos países são signatários do Código?

O código foi aprovado por todos os países-membros – mais de 150 nações – na Assembleia Geral da OMT em 1999. Mais tarde, foi endossado por todos os países-membros na Assembleia Geral de 2001. Para aumentar a divulgação e a implementação do código pelas empresas, em 2011 a OMT deu início ao Compromisso do Setor Privado com o código.

Atualmente existem 468 signatários entre as empresas privadas de 64 países, quatro associações regionais e um organismo internacional. Assinando o compromisso, os signatários se comprometem a observar os princípios do texto, a promover o código em seus próprios círculos – entre fornecedores e clientes, por exemplo –, e a informar sobre a implementação dos princípios do código ao Comprometimento Mundial com a Ética do Turismo, um órgão independente responsável por promover a implementação dele.

É possível existir um turismo sustentável, responsável e acessível a todos?

Claro! Na verdade, esse é o único modelo de turismo que tem garantia de duração para as gerações futuras. Hoje em dia existem destinos e atores diversos dentro da área que vêm conduzindo boas práticas e experiências no campo do turismo sustentável, responsável e acessível, que, por sua vez, vêm sendo reproduzidas em diferentes contextos, por causa de seu sucesso.

Não devemos nunca nos esquecer que turismo sustentável tem a ver com sustentabilidade nos seus três pilares: econômico, social e ambiental. Na OMT, trabalhamos com os países-membros e com todos os participantes do setor para garantir que existam políticas

“O gerenciamento precário do turismo resulta em impactos negativos para o setor em diferentes níveis: danos ao ambiente, tráfico ilegal de bens e de animais e confrontos com as comunidades locais, entre outros”

“O turismo inclusivo, acessível, responsável, sustentável e equilibrado beneficia a todos, com prosperidade econômica, intercâmbio cultural, paz, desenvolvimento, criação de empregos, visão positiva dos destinos... O número de benefícios é imenso”

para medir e gerenciar os impactos negativos que o turismo possa causar, ao mesmo tempo maximizando os benefícios em termos de crescimento econômico, criação de empregos, promoção e preservação do legado cultural e da natureza, além do entendimento mútuo.

Como fazer para minimizar os impactos negativos do turismo?

O gerenciamento precário do turismo resulta em impactos negativos para o setor em diferentes níveis: danos ao ambiente, tráfico ilegal de bens e de animais e confrontos com as comunidades locais, entre outros. Por outro lado, alinhado com o que defendemos na OMT, o turismo inclusivo, acessível, responsável, sustentável e equilibrado beneficia a todos, com prosperidade econômica, intercâmbio cultural, paz, desenvolvimento, criação de empregos, visão positiva dos destinos... O número de benefícios é imenso.

Um modelo sustentável é possível quando há maneiras de medir os impactos, como fazem os Observatórios do Turismo Sustentável, que são fomentados pela OMT para se envolver e prestar consultoria às comunidades anfitriãs, gerenciar os congestionamentos e garantir que os benefícios do setor sejam desfrutados por todos.

Quais são as políticas e instrumentos de competitividade e sustentabilidade que a OMT promove?

Acreditamos que cada destino deveria desenvolver sua própria política no que diz respeito ao turismo sustentável, já que cada contexto tem suas particularidades e necessidades. Entretanto, existem ferramentas e metodologias que podem ser usadas e adaptadas, como os já citados Observatórios do Turismo Sustentável. Eles são instrumentos importantes para monitorar, avaliar o impacto e estimular medidas de promoção de práticas sustentáveis.

“ Um dos desafios do código é que a sua aplicação é voluntária e, embora tenhamos visto melhorias significativas, ainda estamos longe do cenário ideal ”

Divulgação/OMT



Outra área em que a OMT é muito ativa é a do envolvimento dos órgãos governamentais locais nas políticas nacionais, além do engajamento do setor privado no cumprimento das medidas relacionadas à sustentabilidade.

Neste sentido, um projeto recentemente organizado pela OMT, em parceria com o Pacto Global [iniciativa da ONU com a comunidade empresarial internacional], prevê que as empresas do setor receptivo expressem publicamente seu comprometimento com o turismo sustentável e seu desejo de incentivar iniciativas que demonstrem como o turismo pode contribuir para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Em todos os casos, é importante que a sustentabilidade esteja no coração dos planos diretores e das estratégias do turismo nacional.

É possível implementar essas políticas em qualquer lugar; por exemplo, no Brasil?

O Brasil já vem demonstrando grande comprometimento com o desenvolvimento sustentável. Não vamos nos esquecer que, em 1992, quando a Convenção do Rio [Eco-92] foi realizada no Brasil, um marco global foi estabelecido e passou a guiar nosso caminho dali para diante. No ano passado, um dos vencedores do Prêmio da OMT era brasileiro [Complexo Turístico Itaipu, em Foz do Iguaçu, no Paraná, na categoria Pesquisa, Tecnologia e Inovação]. Foi exatamente a abordagem inovadora para promover o turismo sustentável que convenceu o júri do prêmio.

O Relatório da Comissão Mundial de Ética do Turismo, de 2015, sobre a implementação do Código Mundial de Ética do Turismo, diz que a aplicação dos princípios do código até agora tem sido moderada. Qual seria a explicação para isso? Como melhorar a implementação?

O fato de o Código não ser uma convenção internacional limita a sua

“ O fato de o Código não ser uma convenção internacional limita a sua implementação. Na OMT, acreditamos que o comprometimento com os princípios da sustentabilidade devem ser compulsórios ”

implementação. Na OMT, acreditamos que o comprometimento com os princípios da sustentabilidade devem ser compulsórios. Portanto, a convenção internacional, que esperamos que seja aprovada em nossa próxima Assembleia Geral, será um passo importante nesse sentido. Ainda assim, se a aplicação dos princípios, das medidas e das regras não resultar de um comprometimento do setor a respeito dos benefícios do turismo sustentável, nosso trabalho terá sido em vão.

Porém é importante enfatizar que, graças aos nossos esforços em apoiar os governos, o setor privado, a sociedade civil e a academia, entre outros grupos, a consideração a respeito do código tem crescido muito a cada ano.

Quais os próximos passos para a aprovação da transformação do Código em convenção internacional?

A primeira versão do texto da convenção está sendo finalizada por um grupo de trabalho composto por especialistas em legislação internacional e por alguns dos países-membros da OMT. Esse texto será submetido à aprovação na próxima Assembleia Geral da OMT, na China, em 2017. Uma vez aprovado, o texto será aberto para a ratificação dos países-membros.

Quais são as melhores práticas relacionadas ao bem-estar das comunidades já implementadas pelos países signatários?

Seria injusto citar apenas algumas práticas e não outras. Em termos gerais, histórias de sucesso têm relação com a inclusão das comunidades, que recebem os mesmos benefícios que o setor como um todo; com programas de capacitação que objetivam apoiar a presença feminina no setor; com acordos para eliminar o trabalho infantil nos empreendimentos turísticos; e com a promoção da eficiência energética da indústria receptora. Felizmente, a lista das melhores práticas é imensa.

PARA QUE UM CÓDIGO DE ÉTICA?

O documento da OMT não basta para tornar éticas as pessoas que trabalham com turismo, mas tem um aspecto pedagógico importante: educa para o respeito aos clientes e às populações

texto Renato Janine Ribeiro *

UM CÓDIGO DE ÉTICA ESTÁ ENTRE A LEI E A ÉTICA. CÓDIGOS SÃO LEIS: EXIGEM obediência. Mas a ética é diferente da lei. A lei ordena as relações humanas, de fora – enquanto a ética se interessa pelo valor intrínseco das ações das pessoas. Um exemplo simples: se você cumpre a lei, para a sociedade isso basta. Mas para a ética o que conta é por que você cumpriu (ou violou) a lei. Para sabermos se você, além de cidadão, é um sujeito ético precisamos saber por que obedeceu aos mandamentos legais. Se os cumpriu por medo, não há ética. Não quer dizer que seja antiético; apenas, não é ético. Há várias razões éticas diferentes para obedecer à lei. As principais são (1) considerar justo o conteúdo de uma lei, (2) entender que, como foram votadas pelos representantes do povo, obrigam a todos.

Vejam o problema: desde que a obediência à lei passe pelo crivo da consciência individual, pode ser que alguém, eticamente, decida desobedecer a ela. É o que vemos no primeiro grande texto ético de nossa tradição, a tragédia de Sófocles, Antígona, encenada em 442 antes de Cristo. A heroína enterra o irmão morto, apesar da proibição do rei seu tio. Nega-se a pedir desculpas, diz que seguiu leis superiores às dos homens. Prefere morrer. A ética assim nasce, no Ocidente, de uma violação da lei iníqua. Mas vejamos

que descumprir a lei não é brincadeira. Nenhum defensor da desobediência civil, nem Thoreau nem Mohatma Gandhi, disse que o desobediente deve se esconder. Ele deve aparecer, assumir seu ato, suas duras consequências. Ser ético não é para fracós.

Códigos de ética são uma forma de lei. Só que a lei é baixada pelo Estado e prevê penas de multa ou prisão, enquanto os códigos emanam de empresas, sindicatos, associações profissionais – e não preveem penalidades. Além disso, claro, têm inspiração diretamente ética. O Código de Ética do Turismo, por exemplo, procura fazer que o turismo não prejudique – ao contrário, valorize – as populações autóctones, assim como os viajantes. Reconhece direitos e dita obrigações a todos, para que o turista não seja explorado nem a população local seja esbulhada de sua cultura e de seus bens.

O código determina claramente o que cada um pode e não pode fazer. Neste sentido, é uma lei, mesmo que não estatal e sem penalidades pecuniárias ou restrição à liberdade. Se a pessoa obedecer a tudo, estará agindo bem (provavelmente), mas não sabemos se o fará por convicção real ou por medo de perder o emprego. Por isso, o código não basta para tornar éticas as pessoas que trabalham com turismo. Mesmo assim,

* Professor de Ética e Filosofia Política na USP. Ex-Ministro de Estado da Educação.



O que mais me chama a atenção no código ético do turismo é a exigência de respeito às populações locais. Elas podem ser vítimas de um afluxo turístico excessivo, por vezes predatório.



a importância desse código está em colocar uma atividade econômica no diapasão ético – e também de educar quem trabalha com turismo para o respeito aos clientes e às populações. Essa pedagogia é um ponto crucial. O código é pedagógico. Pode contribuir para que as pessoas não apenas ajam corretamente, mas se tornem pessoas éticas.

O que é mais importante, no código ético do turismo? Há cláusulas que exigem do agente que trate bem seu cliente. Ele não pode ser enganado. Essa regra não é trivial, porque o turista sempre está algo desprotegido. Dependendo de seu destino, pode não ter saída se tiver sido enganado sobre a qualidade do alojamento, os horários dos passeios, o atendimento prometido.

Porém, o que mais me chama a atenção no código ético do setor é a exigência de respeito às populações locais. Elas podem ser vítimas de um afluxo turístico excessivo, por vezes predatório. Ou pode chegar riqueza à região, mas ser apropriada por empresas de fora ou pelos ricos locais, ficando o custo para os mais vulneráveis. Assim acontece em regiões pobres que se tornam destinos paradisíacos, sem que necessariamente isso beneficie os mais pobres. Isso ocorre no Brasil e no mundo todo. Mas também sucede em lugares do mundo rico.

Tomemos Veneza. Em vinte anos, o número de residentes nessa cidade ímpar no mundo despencou de 200 mil para 60 mil. Uma medida recente da prefeitura – a criação de filas especiais para os moradores, no acesso aos encantadores vaporetos que são o transporte usual na Laguna – reduziu os danos: muitos residentes são parte idosos; antes disso, tinham de esperar muito tempo quando levavam sacolas de mercado para casa.

Mas navios de cruzeiro continuam desembarcando milhares de turistas na piazza San Marco, para uma permanência de poucas horas, às vezes com lanche trazido de bordo, que invadem a cidade e eventualmente não gastam nada nela. É até possível que esses enormes navios ameacem as estruturas frágeis de algumas construções.

Isso, no plano macro. No micro, os moradores não aguentam tanto turista fechando as estreitas calçadas e pontes para tirar selfies. Isso cria um conflito nem sempre apenas latente. Daí propostas como a de cobrar uma taxa de cada turista que não se hospede na cidade. O fato é que há um problema aí, e que Veneza como local de residência pode desaparecer, tornando-se quase que só um museu, já nem tão vivo. Recentemente passei duas semanas no sestiere (uma ex-ilha que se tornou um bairro) Santa Croce, em casa de amigos, e vivenciei essa situação, que obviamente tem de ser resolvida para não prejudicar nem os moradores nem os que desejam conhecer um dos mais incríveis Patrimônios da Humanidade.

O que pretendi com esse exemplo? Dar a pensar um pouco. Ética é bom para isso: fazer pensar. Em nosso tempo consumista, pensar nos efeitos gerados pelo que consumimos é importante. Não basta comprar a passagem, a hospedagem, os passeios. É importante que o lazer de uns não prejudique a qualidade de vida de outros. Isso não se mede só em dinheiro. Os venezianos têm cada vez menos o direito de circular em sua cidade. Veneza, aliás, acaba de baixar uma lei limitando a oferta de fast food em seu centro. É justo, porque a cozinha da Laguna se vê ameaçada. Se alguns pratos típicos, como o fígado à veneziana, constam em muitos cardápios, o fluxo excessivo pode liquidar com a sua boa elaboração e até com a existência de vários deles.

E se pensarmos desta forma sobre os destinos turísticos em nosso País? Alguns de nossos lugares mais belos estão em regiões pobres. Bem conduzido, o turismo pode melhorar a economia

dessas partes do País e produzir um jogo de soma positivo, um ganha-ganha em que visitantes e moradores se beneficiem todos.

Dou um exemplo meio do turismo, meio fora, que foi o depoimento que vi uma vez, em Fernando de Noronha, de um antigo caçador de tartarugas que agora trabalhava no Projeto Tamar. Ele aprendeu que as tartarugas marinhas não são para matar e comer, mas para cuidar. Ganham as tartarugas, agora respeitadas, nós, que as vemos e nos encantamos com elas, e os moradores da região, que conseguem empregos melhores para si e para o meio ambiente.

E termino com um ponto essencial da ética, que poucos conhecem. Por alguma razão, talvez devido aos Dez Mandamentos, estamos acostumados a pensar a ética como um rol de proibições. Isso é parecido com os códigos, em especial como o penal, que lista o que não podemos fazer, ou sejam, os crimes e contravenções – não as coisas boas a fazer. Eu costumo dizer que estamos saindo de uma ética do “não” (não matarás, não roubarás...) para uma ética do “sim”: vais melhorar a vida dos outros, lutar para que o mundo seja um lugar melhor para todos...

Pois bem, toda vez que discutimos ética, a dica é: não se limite a dizer o que é mau, proibido. Pense que só proibimos uma coisa para melhorar, não piorar, a qualidade da vida em geral. Se não posso fumar em lugares fechados, é para melhorar a saúde de todos, fumantes e não-fumantes. Se não devemos ferir, furtar e matar, é para dar mais tranquilidade a todos. Pense, a cada proibição, no bem que ela traz, mesmo que não seja para você. Quero dizer que o turismo deve trazer coisas boas, mais do que só evitar as más. Não é só impedir que polua, aumente desigualdades, gere turismo sexual: não é só evitar. É dar um upgrade no lazer de quem viaja, promover o conhecimento de outras pessoas e culturas, é melhorar a qualidade da vida do viajante e dos moradores. Ética é isso, é promover a vida boa. Boa eticamente.



Estamos saindo de uma ética do “não” (não matarás, não roubarás...) para uma ética do “sim”: vais melhorar a vida dos outros, lutar para que o mundo seja um lugar melhor para todos.





Sesac reserva natural

A Reserva Natural Sesac está inserida na área urbana de Bariloaga, com cerca de 630 mil m² de floresta de restinga, abrigando mais de 580 espécies de fauna e flora.

Os visitantes são recebidos no ponto de atendimento, onde são apresentadas as pesquisas e ações educativas realizadas, entre elas o projeto da trilha com desenho universal que será acessível a pessoas com e sem deficiência.

Com a Reserva Natural o Sesac protege a biodiversidade, dialoga com a comunidade e estimula a conexão da diversidade humana com o ambiente natural.

Saiba mais em sasacsp.org.br/reservanatural



ÉTICA NO TURISMO

É assim em todo mundo a signação do
Código Mundial de Ética do Turismo e
seu compromisso com a busca de um
turismo mais ético e justo.

Para mais informações em
www.its.org.br/eticanoturismo

